

Mulher e magistério: um estudo sobre o desfazimento de uma concepção cultural através dos tempos

Patricia Maria dos Santos Santana¹

Resumo: O magistério primário foi a primeira profissão possível às mulheres brancas e de classe média. Foi através do magistério que a mulher brasileira abriu caminho ao exercício profissional. Atualmente, a mulher vem conquistando um espaço maior no mercado de trabalho. Os diversos cargos ocupados, inclusive a presidência da república, comprovam o que aqui afirmamos. Esse foi um grande passo que durou anos para ser dado e que lutou contra a subjetivação que a sociedade exerce sobre a mulher.

Palavras-chave: Mulher. Profissões. Sociedade. Brasil.

Abstract: Primary professorship was the first possible profession to white and middle class women. It was through teaching that the Brazilian woman gave way to professional practice. Currently, she is gaining a larger space in the labor market. The various positions held, including presidency, prove what we say here. It was a big step which took years to be given and that fought against the subjectivity that society has on woman.

Key words: Woman. Professions. Society. Brazil.

Introdução

No passado, as mulheres eram preparadas para o lar. Seus estudos estavam relacionados ao fato de serem boas esposas e mães, pois, com essas qualificações, elas estariam preparadas para a sociedade. Assim, a educação feminina era diferente da educação masculina. O magistério primário foi a única profissão, no período da primeira República, possível às mulheres brancas e de classe média. Com o tempo, o magistério foi se tornando um lugar profissional feminino. Ressaltamos que o mesmo fora, inicialmente, uma profissão de homens onde somente eles podiam estudar e ensinar. Com a dedicação da mulher a esta área, a profissão passou a ser vista como uma profissão meramente feminina. Tudo isso estava relacionado à associação do imaginário social com a necessidade de determinadas qualidades ditas femininas nessa profissão como, por exemplo, a delicadeza da maternidade. Com a República em 1889, essas pressões impulsionaram ainda mais a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais. Os líderes republicanos consideravam o magistério uma profissão feminina, pois estavam influenciados pelas teorias positivistas e burguesas, que julgavam que a mulher estava dotada, por natureza, da capacidade de cuidar de crianças. A esse pensamento estava presa também a necessidade de formação de uma quantidade maior de professores, tendo em vista que

¹ Doutoranda UFRJ / Bolsista CAPES

os homens tentavam buscar vantagens financeiras em outras áreas, áreas que seriam mais vantajosas que o magistério. Dessa forma, as mulheres, sobretudo a partir da segunda década do século XX, começaram a abraçar mais o magistério, principalmente as que provinham de uma situação financeira precária e as de classe média.

A partir daí, ou seja, com a inserção da mulher no ramo educacional, o magistério passou a se desvalorizar. Discriminações que ocorriam com base nas relações de gênero se ampliaram para a instituição escolar. Quando a mulher entra no mercado de trabalho, a noção de que ela deve ser controlada está implícita nas atividades que ela exerce e que sempre exerceu na sociedade. A mulher no magistério era também uma forma de controle de gênero e mudar as relações excludentes não dependia somente da aceitação da mulher como docente. Desde a Antiguidade, a mulher deveria ser controlada e submetida à moral dos homens. Para essa moral, ela era posse de um homem, tornando-se apenas um objeto no domínio masculino. Segundo Foucault (2001), essa moral dos homens, uma moral viril, considera que as mulheres só aparecem a título de objetos ou no máximo como parceiras às quais convém formar, educar e vigiar, quando elas estão sob seu poder. É esse pensamento que vem desde a Antiguidade e que está incutido no imaginário da sociedade atual. Quando a mulher entrou no mercado de trabalho, além de se estabelecer em uma profissão considerada pela olhar social como inerente ao seu modo de ser, a noção de controle sempre esteve implícita nas atividades que ela exerceu, uma vez que de maneira disfarçada tais mulheres estavam mantidas em um ambiente protegido dos perigos do mundo e do contato de estranhos, principalmente os estranhos do sexo masculino, ficando, assim, sempre debaixo do controle do homem.

Apesar de tudo, foi através do magistério, considerado um trabalho feminino por excelência, que a mulher brasileira abriu caminho ao exercício profissional. Esta passou a ser uma das primeiras atividades profissionais dignas à mulher e que possibilitavam conciliar com as atividades domésticas. Todavia, a administração do ensino continuava sob a gerência masculina, sempre submetendo a mulher à questão de controle.

Atualmente, a mulher vem conquistando um espaço maior no mercado de trabalho. Os diversos cargos ocupados, inclusive a Presidência da República, comprovam o que aqui afirmamos. Esse foi um grande passo que levou anos para ser consolidado e que lutou contra a subjetivação que a sociedade exerce sobre a mulher. A mulher foi ao encontro de seus impulsos pessoais e de sua vontade de atuar em áreas diferentes, a favor de seus ideais, pois não há coisa melhor do que fazer do seu ofício um prazer e um modo de batalhar pelo que se deseja, mostrando, assim, a verdadeira face da mulher contemporânea.

1 . Magistério: durante anos a representação do trabalho feminino na sociedade

O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria gênero (gender) para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres". A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, não existe essa espécie de essencialismo, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos (SCOTT, 1991). Exemplos banais e corriqueiros caíram no imaginário social como fruto da construção social de gêneros, gerando afirmações do tipo “homem não tem jeito para cuidar de criança” ou “mulher não pode levantar peso”. Paim e Strey (2007) ressaltam que para o entendimento da desigualdade de gênero, é fundamental entendermos que sua manutenção e gênese residem na sociedade e estão relacionadas ao conceito de patriarcado. As relações assimétricas entre os gêneros vêm mostrando que as sociedades patriarcais engendram e sustentam relações e modos de produção, nos quais os homens como categoria social levam vantagens sobre as mulheres, nas mesmas condições. Nunes (2002) resalta que o machismo existente nas instituições familiares, nas concepções de poder, na divisão dos comportamentos, nas cores e na distribuição dos brinquedos às crianças dificulta qualquer tipo de rompimento social de valores. A mulher foi simbolicamente marcada dentro da sociedade como pura, santa, virgem, dócil. Os símbolos são instrumentos da integração social. São eles que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo, que contribui, essencialmente, para a reprodução de uma ordem social e a integração social lógica é a condição da integração moral. Acerca desta ideia, Bourdieu (1977) relata que o trabalho de reprodução da divisão dos gêneros, até recentemente, esteve garantido por três instâncias principais, ou seja, a Família, a Igreja e a Escola, que se encontravam em consonância com os princípios do Estado (sempre ratificando os preceitos do patriarcado privado com as de um patriarcado público presente em todas as instituições responsáveis por gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica). De forma sincronizada, elas possuíam a característica de agir sobre as estruturas inconscientes e isso ocorreu durante anos e anos. Um exemplo do patriarcalismo extratificado em todos os segmentos de nossa cultura:

O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo

[...] ela inculca explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres [...] Por fim, a Escola, mesmo quando já liberta da tutela da Igreja, continua a transmitir os pressupostos da representação patriarcal [...] e, sobretudo, talvez, os que estão inscritos em suas próprias estruturas hierárquicas, todas sexualmente conotadas, entre as diferentes [...] faculdades, entre as disciplinas [...] entre as especialidades, isto é, entre as maneiras de ser e as maneiras de ver, de se ver, de se representarem as próprias aptidões e inclinações. (BOURDIEU, 1977, p. 103-104)

Assim como os discursos legitimadores, o cotidiano também favoreceu a naturalização da desigualdade de gênero. A cada dia que se passava, o homem continuou se distanciando mais das salas de aula. Até hoje, percebe-se como a escolha profissional acaba sendo influenciada pelas representações existentes na sociedade, que apresentam suas bases na história do magistério como ofício feminino e que divulgam que as profissões consideradas como movidas pela emoção seriam próprias das mulheres (e as ligadas à inteligência seriam privilégio dos homens). Por fim, mulheres acabaram sendo influenciadas por receber essas representações, agindo de acordo com elas.

Os homens se distanciavam do magistério em decorrência da desvalorização da profissão, do atraso salarial, do desprestígio dado ao docente, assim como a busca de áreas mais rentáveis que acompanhava o crescimento da urbanização e industrialização. As mulheres também ingressavam no magistério por outras razões, entre elas, pelo fator familiar, pois a família precisava de dinheiro. Realmente, se considerarmos bem a profissão docente tinha características similares às características atribuídas às mulheres da época e isso facilitou o enorme ingresso das moças no ensino primário:

As escolas normais se enchem de moças. A princípio são algumas, depois muitas, por fim os cursos normais tornam-se escolas de mulheres. Seus currículos, suas normas, os uniformes, o prédio, os corredores, os quadros, as mestras e mestres, tudo faz um espaço a transformar meninas/mulheres em professoras. A instituição e a sociedade utilizam múltiplos dispositivos e símbolos para ensinar-lhes sua missão. (LOURO, 2004, p. 104)

As influências sofridas com o discurso sobre atributos que a mulher teria para o magistério são questões que determinaram a permanência dela na profissão e muitas professoras entendiam sofrer de paixão pela profissão ou de uma vocação devido a força imposta pela dominação do imaginário sociocultural.

Na verdade, professoras e enfermeiras foram profissões pioneiras onde a mulher teve a permissão de atuar devido à crença presente no imaginário social que afirma que a natureza feminina está mais voltada ao ato de cuidar. Então, tão estereotipada quanto

à professora está a visão que se tem da enfermeira. Preconceitos também fazem parte desse ofício. A trajetória da história da enfermagem nos mostra que esta sempre foi vista como uma profissão de desempenho basicamente manual e exercida predominantemente por mulheres, o que leva esta prática profissional a ser socialmente desvalorizada, também sofrendo com os estereótipos e pré-julgamentos sociais. Contudo, existe uma diferença enorme em relação ao controle masculino acerca da enfermagem e que muito tem a ver com a epígrafe de Maria Cristina Bruschini neste trabalho. Enquanto a profissão de professora era de certa forma permitida às mulheres donas de casa e mães, a profissão de enfermeira era mal vista socialmente por seu contato direto com médicos e enfermos. Para o controle patriarcal, esta era uma profissão insubmissa e que podia fugir do rígido controle masculino. Sobre tal questão, Freitas (2010) nos aponta que

estudando a história da enfermagem, observa-se que a percepção distorcida e errônea da profissão, logo preconceituosa, não é um fenômeno incomum, tampouco recente, tendo sua gênese possivelmente a partir da laicização do cuidar, iniciado com a reforma protestante. A conjuntura da reforma fez com que as religiosas que cuidavam dos doentes, fossem expulsas dos hospitais, em alguns países, sendo necessário, portanto, a busca de mão de obra para substituí-las; não havendo pessoas qualificadas para tal atividade e sendo o trabalho pesado, insalubre e mal remunerado, o pessoal que se apresentava era o mais baixo na escala social, de duvidosa moralidade. Consequentemente, pessoas inidôneas e sem nenhum tipo de formação para o cuidado foram obrigadas a cuidar dos enfermos, tendo essa situação propiciado uma imagem negativa da enfermagem no século XIX.

Todavia, citamos a problemática da enfermagem apenas para ilustrar o quadro de profissões vistas como femininas e não nos prenderemos a este debate, uma vez que muito fugiria de nosso tema.

Após 1930 se dá o coroamento de um ideal de modernização aliado a uma ideologia nacionalista (cultural, política e econômica) que tem no Estado o projeto de modernidade associado ao ideal de construção da nação. Nos princípios republicanos, a cidadania se incluía no contexto do processo. Um novo conceito de cidadania se anunciava: a cidadania pautada pela ocupação do trabalho e a massa de analfabetos significava um entrave ao crescimento da nação na visão dos dirigentes, fazendo-se necessário estabelecer na sociedade uma função educadora para os níveis médios e primários, que não recebiam a devida atenção do Estado (ROMANELLI, 1983). Com isso, o crescimento urbano intensificado pela industrialização promoveu pressões em direção da necessidade de ampliação das oportunidades educacionais. Romanelli (1983) nos narra que, embora desde a década de 1920, estivesse ocorrendo uma

expansão do ensino, a taxa de escolaridade da faixa de 7 a 16 anos, até o final dos anos 30 ainda era muito baixa. É a partir de 1940 que vamos assistir um aumento das matrículas nas escolas primárias. Por consequência, as escolas normais também apresentavam um desenvolvimento. O magistério primário permanecia representando um prolongamento das funções maternas, uma vez que era demarcado como um lugar de trabalho para a mulher. O exercício do magistério estava reforçado no ideário da mulher enquanto guardiã da moral da família e da pátria. A professora primária representava a imagem materna em uma missão sagrada de ensinar e conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, agora, em bem do progresso da nação (ALMEIDA, 2004).

Com esse coroamento do processo que já vinha se desenvolvendo e que acabou por cristalizar a posição da mulher como dotada de atributos sentimentais para a função de professora, a característica maior da missão feminina permanecia centrada no seu papel de educar e aprimorar as virtudes ao formar o caráter do homem. Somente nesse sentido a educação feminina era considerada importante no contexto da sociedade, pois

a meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação econômica e social femininas, mas mobilizar eficientemente as mulheres para promover a prosperidade nacional e a estabilidade social e política [...] como mediadora entre o velho e novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e de disciplinas social à instrução em conhecimento e habilidades básicas [...] a função da educação era mais socializadora do que libertadora. (BESSE, 1999, p.142)

Quando surgiu a Escola Normal, segundo alguns historiadores, esta foi primeiramente destinada às jovens de poucos recursos e às órfãs, cujo sonho de um bom casamento estava distante, dado que este se apoiava em bases econômicas. Sendo difícil casar-se, precisavam essas moças, para não ser um peso para a sociedade, conseguir um meio de subsistência. O magistério era uma carreira digna e uma forma aceitável de sobrevivência, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres de instruir e educar crianças (ALMEIDA, 2004).

2. Vislumbrando outras profissões e realizações perante o trabalho

No início do século XX, a mulher ainda não era educada para um desempenho profissional, só era preparada para as atividades domésticas. Aos poucos foi acontecendo a transição da educação doméstica para uma formação profissional, pois surgiu a necessidade de incorporar a mulher ao projeto educacional da nação. O magistério era o caminho possível para a maioria das mulheres brasileiras, principalmente para aquelas das camadas médias da população, pois, até os anos de 1930, era o único trabalho considerado digno e que podia ser atrelado às tarefas domésticas. A sua instrução deveria ser “aproveitada” pelo marido e pelos filhos, portanto, teria que estar atrelada às atividades do lar, conforme assinala Almeida (1996,

p. 73), dizendo que *a mulher deveria ser instruída de forma que o lar e o bem-estar do marido e dos filhos também fossem beneficiados por essa instrução*. Isso ocorria também porque quem cursava o normal até a década de 1940 não podia ter acesso aos cursos superiores. Então, as mulheres constituíam a maioria de profissionais nessa área e não podiam aumentar seus estudos, permanecendo no magistério primário. Somente após essa década é que abriu-se caminho para cursar alguns cursos de Filosofia, e, a partir de 1953, passou a se estender a ascensão da mulher aos demais cursos superiores.

Pelo menos, não podemos negar que a inclusão das mulheres na Escola Normal serviu para adentrarem no mundo público, podendo atuar no mercado de trabalho lecionando no ensino primário ou pelo interesse em obter uma cultura ampla anterior ao casamento:

A escola Normal sobrepunha o Ensino Primário e com uma característica marcadamente profissionalizante, converteram-se numa das poucas oportunidades de continuação dos estudos para as mulheres. Por essa razão acabaram servindo tanto às mulheres que iam efetivamente lecionar, quanto àquelas que pretendiam apenas prosseguir os estudos e adquirir boa cultura geral antes do casamento. (BRUSCHINI, 1988, p. 5)

Segundo Bessa (1996) foi na década de 1970 que a mulher passou a ingressar de forma mais acentuada no mercado de trabalho. A mulher ainda ocupava fortemente, devido a força do imaginário social, as atividades relacionadas aos serviços de cuidar (enfermeiras, atendentes, professoras, educadoras em creches), serviços domésticos (empregada doméstica). De fato, no final dos anos 1970, com o surgimento dos movimentos sindicais (que começaram a assumir também a luta pelos direitos da mulher) e após o advento do feminismo, o magistério vai deixando de ser a única profissão feminina respeitável e a única forma institucionalizada de emprego para a mulher de classe média. Em uma briga contra estereótipos que discriminavam e impediam o avanço profissional, outros espaços vão sendo conquistados aos poucos. Mary Del Priore ressalta que a força da mudança da história das mulheres está justamente no poder das feministas que, assim, fizeram a história das mulheres antes mesmo dos historiadores ou das historiadoras. Ao impulsionarem debates, pouco a pouco foram se abrindo as portas da sociedade e dos centros universitários, aos grupos de pesquisa para abrigar reflexões e produções sobre tais questões (PRIORE, 1998, p. 220). No período compreendido entre 1970 e 2007, os padrões de localização dos trabalhadores e das trabalhadoras no mercado de trabalho apresentaram algumas alterações. A partir de 1992 o IBGE- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ampliou o conceito de trabalho adotado em seus levantamentos, o que contribuiu para a maior visibilidade do trabalho feminino.

A ampliação do leque profissional das mulheres nos últimos 40 anos ocorreu de forma inquestionável e contínua. Isso se deve, além da demanda capitalista, ao aumento

da sua escolaridade e à diversificação das suas escolhas educacionais. De acordo com dados do IBGE (2007), é crescente a participação feminina, particularmente nas profissões de nível superior das ciências e das artes (7,9% em 1998, 8,3% em 2002 e 9,5% em 2007). Entre as ocupações em que mais de 70% dos empregos são femininos, estão, por exemplo, profissões de diversos níveis de qualificação, em que a presença da mulher já é tradicional, como as Enfermeiras (96%) e as Professoras (95%), seguidas de profissionais como as Fonoaudiólogas (96%), as Nutricionistas (94%), as Técnicas em Biblioteconomia (77%), as Biólogas (71%). Nas profissões onde, por certa tradição social, entre 50 e 69% dos empregos são femininos, vemos as Técnicas em Administração (55%), ao lado de outras profissões que andam ganhando espaço amplo entre as mulheres como Farmacêuticos (68%), Técnicos em Turismo (62%), Cirurgiões-Dentistas (59%). Em profissões que antes eram consideradas redutos masculinos, encontramos a presença feminina mais disseminada entre os peritos criminais (27%), os policiais (23%), os engenheiros civis (18%), os trabalhadores de apoio à agricultura (13,5%), os técnicos em pecuária (11,5%), os engenheiros mecânicos (6%), os delegados (6%) e os motoristas de ônibus urbanos, metropolitanos e rodoviários (3%).

O nível de escolaridade formal da população brasileira tem se elevado continuamente através dos anos. No final da primeira década do milênio (2007), entretanto, verifica-se aumento significativo do nível de instrução da população, principalmente das mulheres, 39% das quais passam a ter mais de 9 anos de estudo, em comparação a 35% dos homens. A tendência de aquisição de maior nível de escolaridade das mulheres, que vinha se esboçando desde as últimas décadas do século XX e se consolida nessa primeira década do século XXI, tem especial importância para a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

A prevalência das mulheres entre os mais escolarizados ocorre a partir do ensino médio e se estende ao superior. Em 2007, entre os que apresentam de 9 a 11 anos de estudo, mais da metade são mulheres e entre aqueles que têm mais de 12 anos de estudo, 57% são do sexo feminino. Numa outra perspectiva, segundo dados do Censo Escolar, em 2006, 54% das matrículas e 58% das conclusões no ensino médio eram femininas. Segundo informações do Censo do Ensino Superior, em 2007, mais da metade dos ingressantes e 60% dos concluintes do ensino superior são do sexo feminino. A associação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado

de trabalho é intensa. Mas isso também é resquício de uma discriminação cultural, uma vez que no mercado de trabalho, em áreas onde se encontram os melhores empregos, a exigência por maiores níveis de escolaridade parece incidir mais sobre as mulheres do que sobre os homens. Por exemplo, em 2007, 63% dos empregos ocupados por mulheres requeriam nível de instrução médio e superior. Todavia, a proporção de empregos masculinos que exigiam esses mesmos níveis era bastante inferior, de apenas 44%.

3. A questão salarial

O caráter determinante do problema salarial entre homens e mulheres relaciona-se ao mundo da divisão sexual do trabalho que ratifica a eterna subalternidade feminina no âmbito profissional. As desigualdades latentes que se apresentam no âmbito do trabalho em decorrência da condição de gênero colocam as mulheres em uma situação de desvantagem e maior vulnerabilidade. Essa desigualdade da mulher na perspectiva do trabalho tem raízes nas relações sociais de dominação, reforçando preconceitos e a exploração do sexo feminino na sociedade patriarcal. O fato de trabalhadoras disporem de credenciais de escolaridade superiores aos seus colegas de trabalho, entretanto, não tem se revertido em ganhos semelhantes, pois os dados deixam claro que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. O fato é que, as relações de gênero vão determinar valores diferentes para profissionais no mercado de trabalho, conforme esse trabalhador seja homem ou mulher. E se a maiores patamares de escolaridade estão associados, de uma forma geral, maiores salários, isso é mais verdade para os homens do que para as mulheres.

A realidade é que homens sempre receberam salários mais significativos que as mulheres e, atualmente, esse número está para 30% de salários maiores que as mulheres em nosso país. Isso ocorre expressivamente em outros lugares também. Em estudo divulgado pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), apesar do recente crescimento econômico e das políticas destinadas a reduzir as desigualdades, as diferenças salariais relacionadas a gênero e etnia continuam sendo significativas nos países latino-americanos. As mulheres latino-americanas ganham menos, mesmo que possuam um maior nível de instrução. Por meio de comparação simples dos salários médios, foi constatado que os homens ganham 10% a mais que as mulheres.

No Brasil, o IBGE (2011) informou que o salário de mulheres permanece 28% inferior ao dos homens. A diferença de renda entre homens e mulheres no Brasil não diminui desde 2009. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho é uma das principais bandeiras dos movimentos sociais que defendem os direitos das mulheres. Segundo o IBGE, o rendimento médio da mulher brasileira equivale a 72,3% da renda média dos homens, ou seja, o salário das mulheres permanece 28% inferior aos dos homens. Em 2011, o rendimento médio dos homens era de R\$ 1.857,63. As mulheres, porém, ganharam em média R\$ 1.343,81, apesar de terem mais escolaridade. A razão da remuneração do trabalho entre mulheres e homens foi de 72,3% no ano passado, número que tem se mantido estável nos últimos três anos e é apenas 1,5% ponto porcentual desde 2003.

O dominado não questionará a ordem vigente, mas aderirá a ela. Dizer que quem tem mais escolaridade ganha mais é uma afirmação simplista. A educação é apenas um instrumento de progresso individual. Inúmeras pesquisas têm destacado que o esforço da mulher em se aperfeiçoar educacionalmente não tem se refletido em maior remuneração. Assim, pode-se destacar que uma população mais escolarizada tem maiores chances de se inserir no mercado de trabalho. A maior escolaridade das mulheres não se traduz em uma entrada mais fácil no mercado de trabalho. Como já fora mencionado, as exigências do mercado de trabalho são maiores para as mulheres do que para os homens. Segundo os dados divulgados na análise comparativa do instituto, a porcentagem de mulheres e homens com mais de 11 anos de estudo ou com superior completo no mercado avançaram em todos os setores nos últimos oito anos, mas as mulheres continuam sendo maioria nesse quesito - em nenhum setor, com exceção do serviço doméstico, as mulheres com menos de 11 anos de estudo são maioria. Já a maioria dos homens que trabalham no setor privado sem carteira assinada, ou atuam por conta própria, estudou menos que 11 anos.

Considerações finais

Nas primeiras décadas do século XX, a sociedade vivia sob um rígido modelo patriarcal, no qual o homem era o provedor do lar, aquele que sustentava e dava conforto a sua família. As mulheres, por sua vez, eram educadas com o objetivo de reprodução e cuidados domésticos com a casa. Não cabia à mulher trabalhar nem ganhar dinheiro; as poucas que trabalhavam eram de uma classe economicamente menos favorecida. A mulher de classe econômica mais favorecida não era educada para trabalhar fora de casa e nem visava ter prestígio ou sucesso profissional, e as que pensavam de forma contrária a esse modelo eram mal vistas pela sociedade.

O modelo de sociedade capitalista exigiu uma maior demanda no mercado de trabalho, contribuindo, assim, para um aumento significativo da contribuição do trabalho feminino. No Brasil, foi a Primeira República que ajudou na expansão de mulheres trabalhando fora de casa como professoras devido à fase de civilização e amenização do analfabetismo social em um país que queria se ver modernizado. Apesar de sofrer limitação e domínio masculinos ao atuar no magistério, o ato de lecionar abriu as portas para a realização profissional feminina.

A mulher foi, com o tempo, desfazendo estereótipos. Essa atitude foi importante para a ascensão da mulher em diversas áreas antes inimagináveis e jamais transitadas por ela. A grande força de trabalho feminino está ainda em cursos de enfermagem ou magistério, onde existe uma enorme relação com o ato de cuidar adquirido desde a antiguidade. *As Leis* de Platão nos mostram essa visão essencialista do gênero feminino ao marcar os pontos que ele julgava ser da “natureza da mulher”. Lembramos que, hoje, ela já é maioria em cursos de graduação e a engenharia, antes vista como carreira exclusivamente masculina, passou a formar também excelentes profissionais do sexo feminino. As Forças Armadas que em tempos remotos jamais aceitariam mulheres em seu *staff*, hoje abriga um grande número de militares do sexo feminino. A Marinha foi uma das pioneiras nesse tipo de aceitação e na Aeronáutica, elas já se ocupam cargos de piloto de caças, compondo o quadro de oficiais de carreira, podendo chegar ao posto máximo dessas forças.

A representação feminina na política é outra realidade satisfatória quanto a sua aceitação. Apesar da mulher ainda ser minoria, ela já se encontra presente nas esferas municipais, estaduais e federais. O regime de cotas da participação da mulher na política, apesar de não ser garantia de eleição de mulheres com cargos eletivos, exige a participação de 30% delas nos pleitos eleitorais. Caso o partido não apresente esses 30% de candidatas femininas, por lei, perderá a legenda política. Isso significa uma conquista importante em um país onde, há pouco, mulheres não tinham sequer o direito de votar. Desse jeito, a mulher segue abrindo caminhos para ocupar seu espaço no governo. Já são muitas as ministras, deputadas, senadoras, vereadoras, prefeitas, governadoras que fizeram história em nosso país, inclusive abrindo o caminho para a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil.

O Judiciário segue a lógica de igualdade entre os sexos. Através de concurso público, abriu caminho para mulheres ocuparem seus espaços nos tribunais estaduais e federais como defensoras, procuradoras, promotoras, advogadas. O setor público abre o concurso e, por próprio mérito, a mulher consegue seu cargo. Inclusive, nas estâncias superiores da Justiça, devido às comprovações de conhecimento de Direito, mulheres são indicadas para os mais altos cargos do STF (Supremo Tribunal Federal) e STJ (Superior Tribunal de Justiça), fatores improváveis de acontecer alguns anos atrás. Tudo isso devido a entrada progressiva da mulher

no curso superior, seguindo caminhos que não mais se limitam ao magistério, abrindo portas para que elas alcancem cargos máximos dentro de suas escolhas.

Esses dados são registros dos diversos passos dados pelas mulheres para desbravar caminhos e seguir suas estradas. Fazem de possibilidades contemporâneas a brecha necessária para conseguirem o que desejam. O salário ainda é desproporcional em relação ao homem, mas isto é uma herança da dominação masculina que ainda precisa ser reivindicada com fervor. Todavia, um bom resultado da entrada da mulher no mundo do trabalho é que nas profissões não permitidas às mulheres no passado, elas encontraram espaço e acabaram com o mito que fazia do Magistério a opção marcada como única e considerada melhor ao sexo feminino.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. “Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino”. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, n. 96, p. 71-78, fev., 1996.
- ____ et alii. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.
- AMADO, Tina; BRUSCHINI, Maria Cristina. *Estudos Sobre Mulher e Educação: Algumas Questões Sobre o Magistério*. CAD. Pesq., São Paulo (64): 4-13, fev. 1988.
- BESSA, Karla Adriana Martins. *Papel da mulher na sociedade ao longo da história*. São Paulo: companhia das letras, 1996.
- BESSE, Susan. *Modernizando a desigualdade*. São Paulo: USP, 1999.
- BID/Banco Interamericano de Desenvolvimento. Estudos disponíveis em <http://www.iadb.org/pt/banco-interamericano-de-desenvolvimento,2837.html>
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1977.
- BRASIL. IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos disponíveis em <http://www.ibge.gov.br>
- BRUSCHINI, Maria Cristina. *Trabalho das mulheres no Brasil*. São Paulo: fcc/dpe, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na Sala de Aula”. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- NUNES, César Aparecido. *Desvendando a Sexualidade*. Campinas, SP: Papirus, 2002.
- OGUISSO, Taka; FREITAS, Genival Fernandes et alii. “Preconceito na enfermagem: percepção de enfermeiros formados em diferentes décadas”. In: *Revista Escola de Enfermagem*. USP, vol.44, nº 1. São Paulo: Mar. 2010. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000100024
- PAIM, Maria Cristina Chimelo; STREY, Marlene Neves. “Violência no Contexto Esportivo. Uma Questão de Gênero?” In: *Revista Digital*. Buenos Aires, Ano 12, nº108, maio 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>> Acesso em: 25 ago. 2010.
- PLATÃO. *The Laws*. London: Penguin Books, 1975.
- PRIORE, Mary Del. “Historia das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.